



# DESIGUALDADE EM MOVIMENTO

## DESIGUALDADE EM MOVIMENTO

São Paulo, janeiro de 2017

## DIREÇÃO EXECUTIVA

DA OXFAM BRASIL

Katia Maia

## DIREÇÃO DO CENTRO

DE ESTUDOS DA METRÓPOLE

Marta Arretche

## COORDENAÇÃO EDITORIAL

Tauá Pires

Fernanda Papa

Paola Bello

Gabriel Feltran

Marta Arretche

## ARTIGOS

Adrian Gurza Lavalle

Glauro Peres da Silva

José Marcos Pinto da Cunha

Leonardo Sangali Barone

Luciana Jaccoud

Oded Grajew

Rogério Jerônimo Barbosa

Ronaldo de Almeida

## PROJETO GRÁFICO

Adriana Fernandes

Daniel Kondo

*Le Monde Diplomatique Brasil*

## ILUSTRAÇÕES

Daniel Kondo

## TIRAGEM

25.500 exemplares

## A DESIGUALDADE EM DIFERENTES NUANCES

POR KATIA MAIA E MARTA ARRETCHÉ\*



**N**ovos prefeitos acabam de assumir os governos municipais no Brasil. Tomam posse em um contexto marcado por grandes desafios, resultado da combinação de demandas conhecidas há tempos com o agravamento advindo de um ambiente em que crise econômica e crise política se reforçam mutuamente. O ano de 2016 não foi fácil. As expectativas para 2017 não são otimistas, em particular porque apontam na direção de altos níveis de desemprego e queda da renda. Por outro lado, a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 55 (PEC do Teto dos Gastos Públicos) tem grande potencial para afetar negativamente os gastos federais nas áreas de saúde, educação e assistência.

Demandas novas e antigas deverão recair sobre os governos municipais, que são os responsáveis pelos serviços ligados diretamente às condições de vida da população. Estes serviços afetam a renda real dos cidadãos, na medida em que esta depende, e muito, de quanto devem gastar com escola, saúde, transporte público e lazer, para ficarmos apenas nos serviços mais essenciais. As populações que mais carecem desses serviços também são as que menos dispõem de renda, o que reforça um círculo vicioso em torno da desigualdade.

Segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais 2016,<sup>1</sup> publicada em dezembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, quase 18% dos brasileiros e brasileiras vivem com menos de meio salário mínimo por mês, por pessoa da família. Quando a análise é feita sob a perspectiva de raça, o contraste é ainda maior: de todo o contingente que ocupa a faixa dos 10% dos menores rendimentos, 75,5% são pessoas pretas e pardas, enquanto pessoas brancas representam apenas 23,4% deste grupo. No outro extremo, na faixa do 1% da população com os maiores rendimentos, 79,7% são brancos e 17,8% são pretos e pardos. Assim, é principalmente no plano da oferta de serviços públicos, em especial às populações de menor renda, que as gestões municipais afetam as desigualdades entre os cidadãos.

Ignorar estas demandas também implica riscos políticos e eleitorais. O legado de precariedades e múltiplas formas de exclusão estão na origem de manifestações públicas derivadas da aguda percepção de que as oportunidades e os bens coletivos são desigualmente distribuídos, a começar pelos bens mais essenciais. Os últimos dados do IBGE também mostram que 34,7% dos brasileiros e brasileiras não contam com coleta de esgoto, 14,6% não têm água encanada e 11% não dispõem de qualquer tipo de coleta de lixo residencial. Apenas na cidade de São Paulo, estima-se que mais de 120 mil crianças de 0 a 5 anos estejam na lista de espera por uma vaga em creche. Por outro lado, a expansão dos níveis de escolaridade, combinada à difusão de oportunidades de obtenção de informação, tornou cidadãs e cidadãos mais exigentes e aptos a examinar o conteúdo das políticas.

Inúmeros veículos de informação, cujo acesso é imensamente facilitado pelos recursos da internet, possibilitam ao cidadão comparar seu bairro ou seu município com os demais. Exemplo é o Mapa da Desigualdade de São Paulo, apresentado neste encarte, que torna cada vez mais transparente o véu de desinformação sobre o funcionamento e o resultado das políticas públicas, de qualquer nível de governo. Bem-sucedidas iniciativas locais para mapear a desigual apropriação da cidade proliferam, aumentando a capacidade de pressão para tornar nossas cidades acessíveis a todos e todas.

A sociedade brasileira mudou muito nas últimas décadas, como revelam as reflexões apresentadas nas próximas páginas. Disseminaram-se os conselhos de participação em políticas públicas, com destaque para temas como saúde, educação, direitos da criança e do adolescente, e assistência social. Proliferaram as associações da sociedade civil, em particular naqueles municípios com maiores carências. Assim, para além da participação eleitoral, os cidadãos contam

com outras formas de participação e controle social que podem potencialmente operar como instâncias de vocalização de demandas. E com o fim do monopólio da Igreja Católica sobre a participação religiosa, a associação entre filiação religiosa e renda dos indivíduos tornou-se mais nítida, acompanhada da emergência de uma teologia da prosperidade entre os mais pobres.

O tamanho das cidades, por sua vez, é em grande medida explicado pelo fato de que urbanização e migração andaram juntas na história de nosso país, pois os fluxos migratórios são um componente importante do inchaço populacional das cidades brasileiras, fluxos estes em grande parte motivados pela busca de trabalho e melhores condições de vida. Se, nos anos 2000, a migração de retorno esteve associada à melhora das condições de renda e de vida nas cidades do Nordeste, principal região expulsora de trabalhadores no Brasil, é razoável supor que a crise econômica produza mais uma vez fluxos migratórios em direção às regiões com maiores oportunidades econômicas.

A concentração espacial da atividade econômica e a consequente expansão horizontal das cidades, por sua vez, implicam na problemática da mobilidade urbana nas grandes cidades brasileiras. Esta é, juntamente com a precariedade dos serviços públicos, uma das grandes fontes do cotidiano de mal-estar em que estão imersos os cidadãos brasileiros. Enfrentá-la constitui um dos grandes desafios dos prefeitos que assumem.

Convidamos você para uma reflexão sobre alguns dos desafios colocados para as gestões municipais no Brasil. Nas próximas páginas, você terá contato com temas antigos, porém atuais, acerca de diferentes dimensões da vida em sociedade no Brasil contemporâneo.

Os artigos deste encarte são fruto de uma parceria entre a Oxfam Brasil, o Centro de Estudos da Metrópole (CEM) da Universidade de São Paulo (USP) e o *Le Monde Diplomatique Brasil*. São resultados não apenas de uma produção, mas do debate sobre a sociedade mais justa que queremos construir. Que nas próximas páginas você possa mergulhar nesta reflexão e se juntar a nós na luta por cidades menos desiguais. ●

\*KATIA MAIA É DIRETORA EXECUTIVA DA OXFAM BRASIL; E MARTA ARRETCHÉ É PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA DA USP E DIRETORA DO CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE.

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>.